

Resolução histórica da ONU pressiona Estados a regularem a atuação do setor privado no ensino e a investirem na educação pública

Comunicado de imprensa, 11 de julho de 2016

Regular os fornecedores privados de educação e investir na educação pública. É que exorta o Conselho de Direitos Humanos da ONU ([CDH](#)) em uma [histórica resolução](#) publicada na última sexta-feira e aclamada por 21 organizações da sociedade civil.

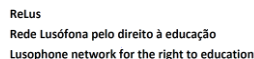
A resolução adotada na 32ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU (13 junho - 1 julho, 2016) [exorta](#) todos os Estados em dois parágrafos separados a “**acabar com todo o impacto negativo da comercialização da educação**”, em particular, por meio do estabelecimento de um marco regulatório para regular e monitorar as atividades dos prestadores de serviços de educação, exigindo responsabilidades para aqueles cujas práticas afetam negativamente a efetivação do direito à educação, também promovendo ações de investigação.

“Outros órgãos e representações de direitos humanos das Nações Unidas como o [Relator especial sobre o direito humano à educação](#) e os [organismos de supervisão da ONU](#) já haviam demonstrado grande preocupação com o crescimento explosivo de fornecedores não regulados do ensino privado. Esta resolução adiciona uma forte posição política dos Estados e não deixa mais dúvida: os Estados têm a obrigação com os direitos humanos e devem regular adequadamente os atores do setor privado e também tem de resistir à comercialização da educação”, disse Delphine Dorsi, do Projeto do Direito Humano à Educação.

A resolução é consequência de uma [resolução prévia](#) de junho de 2015 a qual já abordava algumas das questões, mas agora nesta nova resolução foi incluída a **necessidade de atacar a comercialização no ponto central do texto**.

Sylvain Aubry, da Iniciativa Global pelos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, comentou: “Em alguns países, em particular no hemisfério sul, a privatização do ensino tem se multiplicado às vezes por dez na última década, por meio de [grupos comerciais com fins lucrativos](#) tendo como público-alvo os mais pobres assim como tem crescido no Quênia, em Gana, nas Filipinas e em outros países. Esta resolução é considerada um grande avanço porque corretamente reconhece que a comercialização da educação é uma grave preocupação aos direitos humanos que tem que ser atacada com urgência.”

Boaz Waruku, da ANCEFA, ressaltou: “A resolução explicita que até os fornecedores do setor privado que atuam em parceria com o Estado tem de ser regulados adequadamente. Este é um importante alerta a Estados - como a [Libéria](#) que tem implementado a [controversa](#) terceirização



seus sistemas de ensino - que uma parceria público-privada não pode ser um meio de cumprir as suas obrigações em matéria de direitos humanos.”

De acordo com Javier Gonzalez, pesquisador chileno do Centro de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Cambridge, esta resolução “*também é crucial para a comunidade acadêmica. Ela exorta-nos a concentrar e aumentar nossos esforços de pesquisa para uma transformação social crítica, ou seja, isto é, a privatização e mercantilização da educação estão colocando em risco os direitos humanos básicos.*”

Em um movimento inédito, a resolução exorta os Estados a: reconhecer a “**importância significativa do investimento do máximo dos recursos disponíveis em educação pública**” e para “**aumentar e melhorar o financiamento nacional e internacional para a educação**”, de modo a “**contribuir para a educação como um bem público**”.

Camilla Croso, presidente da Campanha Global para a Educação, enfatizou: “*A [Comissão de Financiamento de Oportunidades Globais de Educação](#) - a qual está a finalizar suas recomendações ao Secretário- Geral das Nações Unidas, deve considerar aos Estados a obrigação legal de garantir o direito humano à educação assim como exortou o Conselho de Direitos Humanos da ONU. Os Estados tem a obrigação de aumentar o financiamento nacional e internacional da educação pública; qualquer solução de financiamento que possa vir a minar a noção de educação como um bem público corre vai de encontro a todos os documentos de direitos humanos internacionais, e também é contrariamente ao que exorta esta resolução.*”

Silvia Alonso, coordenadora da Rede de Incidência Civil para a Educação, integrante da Campanha Latino- Americana pelo Direito à Educação (CLADE), disse: “*A nova resolução sublinha compromissos e as obrigações dos Estados para fortalecer os sistemas de educação pública, o que é especialmente importante devido ao crescente fenômeno da privatização da educação pública, os quais em muitos casos ocultos. Estão acontecendo no México e em vários países da nossa região, envolvendo muitas vezes a transferência de recursos públicos para iniciativas de educação privadas com fins lucrativos.*”

A resolução foi aprovada por consenso dos 47 [Estados-membros](#) do Conselho de Direitos Humanos da ONU, sinalizando o **fortalecimento do apoio à resolução**.

Em resposta à resolução, cujas negociações foram lideradas por Portugal, Maria Rehder, coordenadora de projetos da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (Brasil) e ponto focal para a [Rede Lusófona pelo Direito à Educação](#) (ReLus), declarou: “*Esta resolução está em consonância com as últimas [recomendações](#) do Comitê sobre os Direitos da Criança da ONU para o Brasil e é um importante passo para o fortalecimento da nossa luta contra a privatização da educação pública no âmbito nacional de todas as coligações e grupos que integram a ReLus.*” Albertino Delgado, ponto focal para a ReLus da Rede Nacional de Campanha de Educação para Todos de Cabo Verde RNCEPT-CV confirmou: “*nossa rede está muito sensibilizada com esta causa e continuará a fazer pressão ao Estado para que assuma a educação pública em plenitude, desencorajando a comercialização do ensino e buscando a superação das desigualdades*”.

"Estamos clamando para os Estados em todo o mundo cumprirem suas obrigações legais e darem seguimento aos seus compromissos políticos cessando o apoio financeiro às escolas privadas

comerciais e a tomarem todas as medidas para garantir sistemas de educação gratuitos, públicos e de qualidade. Principalmente, doadores como [Banco Mundial](#) e [Reino Unido](#) os quais tem financiado os fornecedores do setor privado nos países pobres devem ouvir ao Conselho de Direitos Humanos da ONU e parar com estas práticas prejudiciais”, concluiu Carole Coupez, da organização “Solidarité Laique”, uma organização que tem liderado a Coalização Francesa pela Educação e tem trabalhado como integrante da [rede francófona contra a comercialização da educação](#).

FIM.

Documentos-chave

- Resolution A/HRC/32/L.33 from the Human Rights Council on the right to education: <http://bit.ly/HRCEducation2016>.
- Summary of key paragraphs of the resolution addressing private education: <http://bit.ly/HRCEduc2016Sum>.
- Press release on the 2015 resolution of the UNHRC addressing privatisation in education: <http://bit.ly/1NzfTEen>.
- An overview of human rights concerns regarding the growth of private actors in education: <http://bit.ly/privatisationproject> and <http://www.right-to-education.org/issue-page/privatisation-education>.

Contacts

- **Sylvain Aubry**, Legal and Policy Advisor, Global Initiative for Economic, Social and Cultural Rights: +254 7 88 28 96 34 / +33 7 81 70 81 96 / sylvain@globalinitiative-escr.org
- **Delphine Dorsi**, Executive Coordinator, Right to Education Project: +44 77 06 756 077 / delphine.dorsi@right-to-education.org
- **Carole Coupez**, Solidarité Laique, Carole Coupez : ccoupez@solidarite-laique.org
- **Camilla Croso**, Latin American Campaign for the Right to Education: camcroso@gmail.com
- **Ed Gragert**, Global Campaign for Education: ed@campaignforeducation.org
- **Boaz Waruku**, Africa Network Campaign for Education for All: boaz.waruku@gmail.com
- **Maria Rehder**, Brazilian Campaign for the Right to Education and Lusophone Network for the Right to Education, maria@campanhaeducacao.org.br

Statement endorsed by

- ActionAid
- Africa Network Campaign for Education for All (ANCEFA)
- Amnesty International
- Campanha Nacional pelo Direito à Educação (Brasil)
- Coalition Education (France)
- Global Campaign for Education (GCE)
- Global Initiative for Economic, Social and Cultural Rights
- Grupo informal de investigadores/as portugueses defensores do Direito à Educação (Portugal)
- International Federation of Ceméa (FICEMEA)
- Latin American Campaign for the Right to Education (CLADE)
- Movimento de Educação para Todos (Mozambique)
- National Union of Teachers (UK)

GLOBAL CAMPAIGN FOR
EDUCATION
www.campaignforeducation.org



ReLus
Rede Lusófona pelo direito à educação
Lusophone network for the right to education



act:onaid



- Oxfam
- Public Services International (PSI)
- Rede Angolana da Sociedade Civil de Educação para Todos (Angola)
- Rede da Campanha de Educação para Todos – Guiné-Bissau
- Rede Nacional da Campanha de Educação para Todos - Cabo Verde
- Rede Nacional da Campanha de Educação para Todos de São Tomé e Príncipe
- Right to Education Forum, India
- Right to Education Project
- Solidarité Laïque
- The Program on Human Rights and the Global Economy